



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SARDOAL

ATA Nº 2/2026

SESSÃO ORDINÁRIA

27 DE FEVEREIRO DE 2026

PRESIDENTE: Jorge Gaspar

1º SECRETÁRIA: Ana Borges

2º SECRETÁRIO: César Marques

Aos vinte e sete dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e seis pelas vinte horas e trinta minutos, reuniu em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Sardoal, na Sala Polivalente do Centro Cultural Gil Vicente, em Sardoal, com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

Período Antes da Ordem de Trabalhos.

Intervenção do Público.

Ordem de Trabalhos:

- 1. Aprovação das atas das sessões anteriores;**
- 2. Informação do Presidente da Câmara, em cumprimento da alínea c) do nro. 2 do artigo 25º, da Lei nro. 75/ 2013, de 12 de setembro;**
- 3. Contrato de delegação de competências na CIMT – Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo;**
- 4. Tejo Ambiente, EIM, S.A. – Plano de Atividades e Orçamento para 2026;**
- 5. Proposta - Adjudicação do Empréstimo MLP no valor até 791.154€;**
- 6. Alteração orçamental modificativa - Revisão nº 1/2026 ao Orçamento e GOP's;**
- 7. Relatório de Atividade da CPCJ Sardoal relativo ao ano 2025.**

A reunião iniciou com a chamada feita pela Sra. 1ª Secretária, tendo-se verificado a presença dos Srs. Deputados Jorge Gaspar, Fernando Vasco, Ana Borges, Adérito Garcia, Joaquim Serras, Carlos Duarte, César Marques, Patricia Mourão, Patricia Rei, Adriano Martins, Aníbal Lobato, Mariana Martins, Paulo Lourenço, Fernando Martins, Miguel Pita Alves, Hélder Carboila, Hugo Gaspar, Dora Santos e António Aidos. -----

Esteve também presente na reunião toda a Câmara Municipal, nomeadamente o Sr. Presidente Pedro Rosa, Sr. Vice-Presidente Duarte Batista e Srs. Vereadores Joana Ramos, Pedro Duque e Miguel Alves. -----

Não esteve presente a Sra. Deputada Maria Aida Batista que antecipadamente justificou a sua falta e se fez substituir pelo Sr. Deputado Fernando Vasco. -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DE TRABALHOS -----

O Sr. Presidente da Assembleia informou que, atendendo à presença do Dr. Carlos Lobo, convidado para prestar esclarecimentos técnicos sobre o projeto de criação de uma Comunidade de Energia Renovável (CER) no Médio Tejo, propôs antecipar a apresentação deste ponto da ordem de trabalhos, permitindo assim a sua participação antes do período habitual. A proposta foi aceite, tendo sido igualmente autorizada a gravação da reunião. Em seguida introduziu o tema, explicando que o mesmo dizia respeito a um contrato interadministrativo para delegação de competências do Município na Comunidade

Intermunicipal do Médio Tejo (CIMT), ponto 3. da ordem de trabalhos, com vista à criação de uma CER que permitisse ao Município beneficiar da produção e partilha de energia elétrica produzida por painéis fotovoltaicos. -----

De seguida, o Dr. Carlos Lobo apresentou o projeto, enquadrando-o no contexto da política energética nacional e europeia e explicando que a iniciativa resultava de um trabalho desenvolvido ao longo de cerca de dois anos e meio pela CIMT. Referiu que o objetivo consistia na criação de várias CER organizadas por áreas de influência de subestações elétricas, permitindo uma produção de energia mais próxima dos locais de consumo, reduzindo perdas na rede e custos energéticos. Explicou que o modelo previa a instalação de unidades de produção de energia fotovoltaica financiadas por um parceiro privado, selecionado através de concurso público internacional e que o investimento inicial seria integralmente suportado por esse operador, cabendo aos municípios apenas adquirir a energia produzida, sempre a um preço inferior ao praticado no mercado. Após o período de concessão, estimado em cerca de 20 anos, ou até à recuperação do investimento pelo privado, os equipamentos e infraestruturas reverteriam para a esfera pública. Disse ainda que inicialmente, o projeto previa a participação apenas das entidades públicas (municípios), por forma a simplificar os procedimentos legais e de contratação pública, e que, posteriormente, a CER poderia ser alargada à participação de particulares, empresas e outras entidades interessadas, aumentando a produção e a partilha de energia. No caso concreto do Município do Sardoal, foi referido que a participação ocorreria na CER associada à subestação de Olho-de-Boi, conjuntamente com outros municípios da região. Informou que o estudo preliminar apontava para uma potência instalada aproximada de 371kW, estimando-se, no cenário mais conservador, uma poupança global de cerca de 455.000€ ao longo do período de concessão, comparativamente ao modelo atual de aquisição de energia. -----

Foram colocadas algumas questões relacionadas com o projeto, nomeadamente sobre: A eventual existência de investimento direto por parte do Município (Deputado Adérito Garcia); Os compromissos financeiros plurianuais associados à aquisição de energia (Deputado Adérito Garcia); O processo de adesão futura de particulares e empresas às CER (Deputada Patrícia Rei); A possibilidade de saída do Município do sistema ou aquisição antecipada dos ativos (Deputada Patrícia Rei); Os custos de manutenção das infraestruturas após a saída do operador privado (Deputado Adriano Martins); Os riscos associados à necessidade de substituição de equipamentos no final dos 20 anos e variação do preço da energia e à eventual subprodução (Deputado César Marques); e A diferença

de valores entre estimativa e valor atual pago pelo Município e dos locais previstos para a instalação dos painéis no Sardoal (Deputado Carlos Duarte). -----

Em resposta, o Dr. Carlos Lobo esclareceu que não estava previsto qualquer investimento inicial por parte do Município, sendo que os valores referidos na documentação, eram correspondentes a compromissos de aquisição de energia que substituiriam os atuais custos energéticos. Explicou também que o risco principal recaía sobre o operador privado, que apenas recuperava o investimento através da venda de energia mantendo sempre um valor de venda inferior ao praticado pelo mercado e que os municípios poderiam, em determinadas circunstâncias, optar pela aquisição antecipada dos ativos ou pela saída do sistema, mediante as condições contratuais previstas. Foi igualmente referido que, mais tarde, poderiam entrar privados na CER, representando essa situação uma vantagem para operador e consumidores. Finalizou, informando que as infraestruturas poderiam ser instaladas em diferentes localizações previamente identificadas, como telhados de edifícios públicos, parques de estacionamento ou outros espaços adequados, sendo a seleção final efetuada pelo operador vencedor do concurso. --

Na sequência, interveio o Sr. Presidente da Câmara para esclarecer que no Sardoal, os locais de partida para a instalação de painéis tinham sido o edifício da Escola sede e a cobertura da bancada do campo de futebol, estando previsto, se necessário, disponibilizar a cobertura de outros edifícios municipais, dando o exemplo do Centro Cultural. Não havendo mais questões, o Sr. Presidente da Câmara agradeceu a presença e disponibilidade do Dr. Carlos Lobo, que em seguida se retirou. -----

Seguidamente, o Sr. Presidente da Assembleia iniciou a sessão com várias comunicações e reconhecimentos institucionais. Em primeiro lugar, destacou a elevada participação dos munícipes do Concelho de Sardoal nas recentes eleições presidenciais, sublinhando que a taxa de abstenção no Concelho tinha ficado significativamente abaixo da média nacional, considerando que aquele facto, era uma prova de maturidade democrática, de grande sentido cívico e de responsabilidade da população, deixando uma palavra de agradecimento e reconhecimento aos cidadãos. -----

Seguidamente, agradeceu a solidariedade demonstrada por diversas entidades e pela população do Concelho na angariação de bens destinados a apoiar comunidades mais afetadas pelas recentes tempestades. Referiu-se às iniciativas promovidas pela Junta de Freguesia de Alcaravela, pelo Grupo Desportivo de Alcaravela e pela Associação de Melhoramentos e Amigos de Entrevinhas, destacando sobretudo a generosidade dos habitantes do Concelho que tinham contribuído com os seus donativos. -----

Manifestou também o seu reconhecimento a todos os agentes envolvidos nas operações de proteção civil durante as intempéries, nomeadamente o Município, Juntas de Freguesia, GNR e outras entidades que estiveram no terreno durante vários dias a responder às ocorrências. Informou que o Sr. Deputado Adérito Garcia também lhe havia entregue antes da reunião, uma proposta de voto de louvor para o mesmo efeito. Neste contexto, propôs a elaboração de um voto de louvor coletivo da Assembleia Municipal a todos os envolvidos, cujo texto final seria preparado após a reunião, pela Mesa, com a colaboração dos Srs. Deputados Adérito Garcia (PS) e Fernando Martins (Chega) e posteriormente enviado a todos os membros. Esta proposta foi aprovada por unanimidade. -----

Apresentou ainda uma proposta de voto de saudação pela eleição do Dr. António José Seguro como Presidente da República Portuguesa, entregue antes da reunião pelo Sr. Deputado Fernando Vasco, destacando o resultado expressivo obtido nas eleições e o significado da vitória para o reforço da democracia. Após leitura da proposta, o voto de saudação, bem como o seu envio à Casa Civil da Presidência da República, foram colocados a votação, tendo sido aprovados por maioria, com 18 votos a favor (Deputados do PSD e do PS) e 1 voto contra (Deputado do Chega). -----

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Alcaravela, Hugo Gaspar, que agradeceu o apoio prestado pelo Município e pelos Bombeiros durante os dias de tempestade, bem como o apoio logístico do Município no transporte dos donativos recolhidos pela Junta de Freguesia e pelo Grupo Desportivo de Alcaravela para os concelhos de Alvaiázere e Ferreira do Zêzere. Agradeceu ainda a generosidade das muitas pessoas que contribuíram com bens para aquele efeito. Aproveitou ainda para felicitar o Grupo Desportivo de Alcaravela pela realização da sua primeira gala, ocorrida a 31 de janeiro. -----

Em seguida, interveio o Sr. Deputado Fernando Vasco questionando o Sr. Presidente da Câmara sobre a previsão de reabertura da circulação na Calçada de São Guilherme, em Andreus. -----

O Sr. Presidente da Câmara respondeu que ainda não existia uma data definida, uma vez que, por terem passado ainda poucos dias, continuavam a ser avaliadas as condições de segurança após os danos provocados pelas tempestades, nomeadamente a estabilidade de um muro existente no local. -----

Seguidamente, interveio a Sra. Deputada Patrícia Rei, solicitando informações sobre a

próxima edição da Feira do Fumeiro, Vinho e Pão, nomeadamente sobre o conceito e questionando as alterações no nome do certame. -----

Em resposta, o Sr. Presidente da Câmara explicou que o certame decorreria no quartel dos Bombeiros Municipais, nos dias 17, 18 e 19 de abril, em parceria com a TAGUS e que passaria a dar maior destaque ao vinho, em detrimento do queijo, atendendo à crescente notoriedade da produção vitivinícola do Concelho. Disse também que o evento manteria a presença de produtos de fumeiro e pão, incluiria provas de vinho, participação de produtores nacionais, teria serviço de restauração local e animação cultural com grupos locais. Salientou o regresso da personagem “Mestre Gil”, em colaboração muito estreita com a Escola e referiu-se ainda a um programa complementar de promoção dos vinhos do Concelho em parceria com restaurantes locais. -----

Tomou a palavra o Sr. Deputado Adriano Martins para felicitar o Município e Juntas de Freguesia pelo trabalho desenvolvido na resposta às tempestades, e louvar também o Executivo Municipal pelo trabalho que estava a realizar na dinamização do Concelho através da participação em eventos de promoção turística como a INTUR em Valladolid, a FITUR em Madrid e a BTL em Lisboa. Questionou ainda sobre a organização do Trail do Sardoal, da Festa do Bodo e sobre eventuais constrangimentos para a Semana Santa, tendo em conta as obras em curso na Igreja Matriz. -----

O Sr. Presidente da Câmara agradeceu as palavras do Sr. Deputado e reforçou e agradeceu todos os esforços feitos por altura das tempestades, não só pelo Município e Juntas de Freguesia, mas também de empresas e particulares. Disse ainda que a Câmara Municipal continuava a apostar na promoção do território e no estabelecimento de contactos em feiras internacionais, como as que tinham sido referidas, acrescentando a presença na MIPIM em Cannes, no início de março, no âmbito da participação da CIMT. Relativamente à BTL, agradeceu aos funcionários do Município que iriam participar na elaboração dos tapetes de flores, à Santa Casa da Misericórdia de Sardoal e Filarmónica União Sardoalense, pela sua disponibilidade para a recriação da Procissão dos Fogaréus. Sobre a Semana Santa e os impactos das obras da Igreja Matriz, disse que, em articulação com Paróquia e Irmandades, estavam a ser planeadas todas as atividades, e que fossem quais fossem as decisões tomadas, o Município iria estar sempre pronto para colaborar na solução. -----

Em seguida, interveio a Sra. Deputada Patrícia Mourão, referindo a necessidade de reforço das medidas de segurança rodoviária na Av. Heróis do Ultramar, devido à inclinação acentuada da via e ao risco do excesso de velocidade, sugerindo a instalação de lombas,

passadeiras elevadas ou reforço da sinalização. Reforçou aquela necessidade, recordando que se situava naquele arruamento o Centro de Saúde e nas suas proximidades, o Jardim de Infância. Concluiu aquele assunto, questionando se, no estudo em curso para a circulação de trânsito no Sardoal, estava planeada a instalação de dispositivos de reforço da sinalética com vista à redução do limite de velocidade naquela avenida. Solicitou ainda esclarecimentos sobre as condições de acolhimento do novo abrigo temporário para animais errantes instalado junto ao edifício do Município, questionando se a solução era provisória ou definitiva e se o mesmo possuía as condições adequadas e dignas para os animais. -----

O Sr. Presidente da Câmara respondeu que, no âmbito do estudo de circulação em curso, iriam ser analisadas tecnicamente, possíveis medidas de acalmia de trânsito na referida avenida. Sobre o abrigo temporário, explicou que se tratava de uma solução temporária, destinada a acolher animais recolhidos fora do horário de funcionamento do Centro de Recolha Oficial e fez um resumo das suas características, garantindo que possuía as condições de segurança e conforto necessárias. -----

Interveio o Sr. Deputado Fernando Martins para colocar várias questões relacionadas com a atividade municipal, nomeadamente: Qual a quantidade de azeite entregue pelas cooperativas locais à loja social, no âmbito do protocolo existente com o Município; Se já tinham sido cobradas pelo Município, as dívidas das rendas sociais e de abastecimento de água, existentes à data da transição daquele serviço para a Tejo Ambiente; Pedido de informação sobre o ponto de situação do Regulamento dos prédios da Tapada da Torre e sua atualização; Reiteração do pedido de informação sobre a existência ou não de garantias bancárias para o pavilhão da Escola, salientando que iria entregar no final da reunião, um requerimento para obter aquela informação; Chamada de atenção para a conclusão da reparação da cobertura do pavilhão da Escola, uma vez que continuavam a haver infiltrações para o seu interior; e Pedido de explicação para a ausência prolongada das balizas no ringue do parque desportivo e para as condições em que aquele espaço se encontrava, que envergonhava a todos e que a situação já se prolongava há demasiado tempo, prejudicando a utilização do espaço pela população. -----

O Sr. Presidente da Câmara respondeu que tinham sido entregues por uma das cooperativas, alguns garrafões de azeite para a Loja Social e que iria informar posteriormente qual a cooperativa que o tinha feito. Recordou contudo, que as contrapartidas a garantir pelas cooperativas iam muito para além da oferta de azeite, dando o exemplo da sua colaboração e disponibilização dos lagares em iniciativas levadas

a cabo pelo Município e pelo Agrupamento de Escolas, quer a nível turístico, cultural e de lazer, quer a nível pedagógico. Finalizou, salientando que, para si, o mais importante era o seu importante papel para o Concelho, sobretudo para aquelas pessoas que tinham pouca produção. Sobre as alegadas dívidas, disse que iria verificar a sua existência e que, a existirem, era dever do Município diligenciar para o seu pagamento. Sobre o regulamento dos prédios da Tapada da Torre, informou que o mesmo já se encontrava feito, estando só a ser melhorados alguns detalhes e que o mesmo, após a consulta pública, deveria ser apresentado em breve à Assembleia Municipal. Relativamente ao pavilhão, informou que toda a obra da Escola possuía garantias bancárias e que estava prevista uma nova reunião com o empreiteiro para resolver as anomalias, entre elas, as ainda existentes na cobertura do pavilhão. Quanto às balizas do ringue, esclareceu que tinham sido temporariamente cedidas ao Grupo Desportivo de Alcaravela para um torneio realizado e que seriam recolocadas muito em breve. Concordando que o ringue deveria estar sempre pronto para utilização, salientou, que era relativo o prejuízo para os seus utilizadores, uma vez que as balizas não se encontravam no ringue, mas numa altura em que, pelas condições climáticas, não lhe tinha chegado nenhum pedido de utilização daquele espaço. Sobre as condições do piso do ringue, disse que o mesmo acusava a sua idade e que, ainda assim, há 3 dias atrás, tinha sido efetuada a sua manutenção juntamente com a do piso do campo de futebol de 11. Reconheceu que o ideal seria a colocação de um piso novo, mas que, à semelhança de outras necessidades no Concelho, tudo se resumia ao seu custo e à decorrente necessidade de estabelecer prioridades. -----

Foi dada a palavra ao Sr. Deputado César Marques, que reiterou o reconhecimento já manifestado ao trabalho desenvolvido pelos agentes de proteção civil e restantes serviços envolvidos na resposta à tempestade “Kristin”. Destacou e enalteceu igualmente a grande proximidade do Executivo Municipal junto da população durante aquele período crítico, considerando que aquela presença no terreno tinha sido muito importante para apoiar e tranquilizar os cidadãos. Solicitou ainda um balanço dos danos causados pela intempérie e dos custos já estimados, questionando se aqueles prejuízos poderiam ter impacto nas atividades ou investimentos previstos pelo Município. -----

Em resposta, o Sr. Presidente da Câmara agradeceu o reconhecimento, afirmando que a proximidade com a população fazia parte das responsabilidades de quem exercia funções públicas. Explicou que, logo após a tempestade, tinha sido realizado um levantamento dos prejuízos, tanto no património municipal como em infraestruturas, associações e propriedades privadas, em articulação com a Comissão de Coordenação e

Desenvolvimento Regional. Informou que os particulares afetados podiam candidatar-se a apoios para reparação da habitação própria permanente, podendo os serviços municipais prestar apoio na submissão daquelas candidaturas e, posteriormente, na validação dos danos. Informou ainda que a CIMT tinha desenvolvido o processo para o apoio da Ordem dos Arquitetos e da Ordem dos Engenheiros e que aquele apoio técnico e imparcial iria ser aproveitado pelo Município. Quanto aos prejuízos, indicou que existiam alguns casos em habitações e empresas, embora sem grande expressão em termos globais. Já no que dizia respeito às infraestruturas municipais, o levantamento preliminar apontava para danos estimados em cerca de 4,8 milhões de euros, mas que, com o custo de reposição, poderiam atingir os 10,5 milhões de euros. Salientou, que aqueles valores eram ainda estimativas e que poderiam sofrer alterações após a elaboração dos projetos técnicos, sobretudo em zonas particularmente afetadas como a estrada entre Andreus e São Domingos e o troço da antiga N2, entre Salgueira e Brescovo. Quanto ao impacto no planeamento municipal, referiu que, para já, não estavam previstas, alterações nos investimentos e na dinâmica cultural e apoios às associações, sendo também necessário aguardar por eventuais apoios ou medidas governamentais para reduzir o impacto daquela situação. Concluiu, dizendo que, se a situação viesse a obrigar a alterações, havia que ter a frontalidade de assumir a necessidade de fazer opções. -----

Por fim, tomou a palavra o Sr. Deputado Miguel Pita Alves para abordar uma questão ocorrida numa sessão anterior da Assembleia Municipal, relacionada com a interpretação de dados constantes no anuário financeiro dos municípios. Assumiu que tinha cometido um erro de interpretação ao comparar dados do Concelho de Sardoal com os de outro concelho, erro esse que afirmou já ter reconhecido anteriormente, incluindo nas redes sociais. Criticou, contudo, o facto de esse erro ter sido amplificado politicamente pelo PS, nomeadamente nas redes sociais, referindo que o mesmo poderia ter sido corrigido no próprio contexto da Assembleia. Salientou as dificuldades estruturais dos pequenos concelhos, como a reduzida população e a conseqüente menor capacidade dos seus municípios em arrecadar receita própria e transferências do Estado, mas que, apesar dessas limitações, se recusava a aceitar afirmações de que a generalidade dos municípios com o nº de munícipes semelhante ao do Sardoal ofereciam na generalidade os mesmos serviços e regalias que o Município de Sardoal oferecia. Exemplificou, referindo-se à gratuidade das refeições escolares, à riquíssima e diferenciada oferta cultural, à proximidade do apoio social, à qualidade da educação, ao apoio ao associativismo, à importância das transferências de competências no desporto e no ensino musical, à

excelência da proteção civil e às infraestruturas municipais como o Centro Cultural, a Biblioteca e as piscinas municipais. Concluiu, dizendo que, quem comparasse o Sardoal com a generalidade de concelhos com o mesmo nº de munícipes, não lia a realidade porque não tinha comparação. Para tanto, bastaria verificar como toda a gente, incluindo quem não vive no Concelho, descrevia o Sardoal, quando analisados os serviços, muito acima da média, que oferecia. Referiu ainda que a oposição deveria ser construtiva e deveria contribuir para a valorização do Concelho, alertando para o risco de se dar excessiva visibilidade apenas a indicadores negativos, desvalorizando os positivos. Referiu-se ainda ao “*modus operandi*” do PS nas reuniões de Câmara e Assembleia Municipal, onde eram analisadas as grandes opções do plano, orçamento e as contas do ano anterior, que, invariavelmente, incluíam a apresentação de declarações de voto. Continuou dizendo que apesar de ser uma forma legítima de fazer oposição, as declarações de voto, para além de não permitirem o contraditório no momento, não refletiam o conteúdo da discussão prévia havida na respetiva reunião e apresentavam, na sua opinião, imprecisões e incoerências que deturpavam a realidade do Concelho. Disse que passariam a estar atentos no futuro e sinalizariam aquelas manobras políticas que em nada serviam para a melhoria da qualidade de vida dos sardoalenses. Exemplificou, referindo-se à declaração de voto apresentada da sessão de 29 de dezembro de 2025, em que diversas propostas apresentadas pela oposição como não atendidas pelo Executivo, já se encontravam contempladas nas grandes opções do plano, questionando assim onde estavam o rigor e a verdade, justamente exigidas pelo Sr. Deputado Adérito Garcia a propósito da sua intervenção na análise dos nºs do anuário financeiro em que já tinha assumido o erro. Finalizou referindo que o rigor e a verdade tinham que ser exigidos para os dois lados. -----

Interveio o Sr. Deputado Carlos Duarte para abordar novamente a questão das tempestades e dos fenómenos meteorológicos extremos, salientando a necessidade de uma reflexão séria e responsável sobre prevenção e preparação para futuras ocorrências. Referiu que, comparativamente com concelhos vizinhos como Ferreira do Zêzere ou Vila de Rei, os impactos no Sardoal tinham sido menos graves, mas alertou para a importância de reforçar medidas ao nível da prevenção. Entre as sugestões apresentadas destacou a necessidade de avaliar a manutenção das linhas de escoamento de água, reforçar meios operacionais e ponderar investimentos em equipamentos de emergência, como geradores portáteis para instalações críticas como Escola, Juntas de Freguesia, Município, etc. e sistemas de comunicação alternativos, salientando que mais do que agir, era importante prevenir e para isso era preciso planear. Por fim, questionou o Sr. Presidente da

Câmara se, no orçamento de 2026, o Executivo pensava alocar algumas verbas da rubrica “prevenção dos riscos climáticos” para a área da prevenção e se considerava importante o reforço de meios operacionais locais. -----

O Sr. Presidente da Câmara concordou com a necessidade de reflexão e preparação, reconhecendo que fenómenos climáticos extremos tenderiam a tornar-se mais frequentes. Não querendo dizer que no Sardoal nada tinha falhado nem que tudo tinha sido perfeito, salientou que o Concelho tinha demonstrado uma boa capacidade de resposta à tempestade, referindo que o quartel dos Bombeiros Municipais estava totalmente preparado, com meios humanos e materiais, para receber a tempestade, desde as quatro horas da manhã; que às sete horas da manhã tinha reunido a Comissão Municipal de Proteção Civil e tinha sido ativado o Plano de Emergência Municipal; que duas horas após o início da passagem da tempestade, as principais vias de comunicação já estavam desobstruídas; e que uma hora depois, tinha havido a capacidade de colocar um carro com a respetiva guarnição, ao dispor do Comando Sub-Regional para ocorrer a locais com maiores necessidades, demonstrando bem a prontidão dos meios municipais. Disse também que, não tinham havido mais estradas obstruídas, em resultado de opções tidas nos últimos anos, que apesar de muitas vezes contestadas, tinham feito a diferença na salvaguarda da segurança das pessoas. Sublinhou ainda que a prontidão verificada não tinha dependido da maior ou menor vontade das pessoas em participar naqueles trabalhos e que tal se devia à opção do Município em manter os Bombeiros Municipais. Sublinhou ainda a importância de garantir infraestruturas críticas com autonomia energética, nomeadamente através da instalação de geradores em instalações essenciais, porque, infelizmente, a legislação ainda não obrigava à colocação de geradores na construção de escolas, IPSS e edifícios afins; a esse respeito, informou que o projeto da futura Casa da Proteção Civil, previa a instalação de um gerador. Por fim, esclareceu que a maioria das linhas de água estavam sob responsabilidade da Agência Portuguesa do Ambiente, e que, embora o Município estivesse disponível para colaborar em intervenções quando fosse necessário, as entidades competentes também tinham que olhar para as suas responsabilidades no sistema. -----

O Sr. Deputado Adérito Garcia interveio para sublinhar que a proposta de voto de louvor apresentada visava reconhecer de forma abrangente o trabalho de todos os intervenientes na resposta à tempestade. Reforçou igualmente a importância de continuar a refletir sobre melhorias possíveis nos sistemas de resposta e prevenção e sugeriu ainda a análise de soluções tecnológicas alternativas para comunicações de emergência, como redes

baseadas na tecnologia LoRa, que poderiam eventualmente ser exploradas ao nível da CIMT. Em resposta à intervenção do Sr. Deputado Miguel Pita Alves, referiu que os n.ºs menos bons ajudam a refletir e a repensar opções, e que se se olhasse só para as coisas boas e não para as más, nunca se iria evoluir. Por outro lado, e relativamente às manobras políticas referidas, disse que também não era correto usar n.ºs não reais para denegrir anteriores intervenções de outros deputados. -----

Interveio novamente o Sr. Presidente da Câmara para informar que na sequência do reforço de meios pela CIMT, de que era exemplo o novo carro de combate florestal, estava prevista a aquisição para cada um dos municípios, de uma tenda para apoio a situações de emergência e catástrofe e de um Starlink. Acrescentou ainda a vantagem da atual organização da Proteção Civil, dizendo que se alguém tivesse dúvidas, poderia olhar para a Sub-Região do Médio Tejo, onde as coisas tinham corrido de forma exemplar, quer a nível de prontidão, quer a nível de organização e comando, dando também os parabéns ao Comandante Sub-Regional David Lobato e a toda a sua equipa, pela forma como tinham sido geridos os trabalhos durante a tempestade, e depois, no âmbito das cheias. Concluiu, lamentando que, decisões estratégicas importantes, como a organização da Proteção Civil, estivessem a ser tomadas, considerando os maus exemplos e não os bons exemplos penalizando estes últimos com os efeitos de tais decisões. -----

Interveio novamente o Sr. Deputado Miguel Pita Alves para lamentar a forma como o Sr. Deputado Adérito Garcia tinha terminado a sua intervenção, dando a entender que o seu erro tinha sido propositado, quando não era verdade e que o mesmo já tinha sido por si reconhecido e assumido. Apesar disso, concluiu a sua intervenção valorizando o nível das intervenções e das discussões realizadas e expressando o seu orgulho pela Assembleia Municipal e pelo trabalho desenvolvido pelo Executivo Municipal, que, na sua opinião, estava a ser exemplar. -----

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

Sem intervenções. -----

ORDEM DE TRABALHOS: -----

1. APROVAÇÃO DAS ATAS DAS SESSÕES ANTERIORES. -----

O Sr. Presidente da Assembleia informou que estavam para aprovação as atas n.º 8 de 2025 e n.º 1 de 2026. -----

Relativamente à ata n.º 8 de 2025, referiu que não tinha sido recebido qualquer contributo prévio, mas questionou se algum deputado pretendia apresentar correções. Informou ainda que tinha efetuado duas pequenas correções de forma consciente: na intervenção

do Sr. Deputado Fernando Martins, nomeadamente onde constava 2,5% de IMI e deveria constar 0,25%; e em relação à declaração política do PS, tinha clarificado que se tratava de uma declaração apresentada por apenas seis deputados do partido e devidamente assinada, tendo em conta que tinham havido duas abstenções. -----

Colocada a votação, a ata n.º 8 de 2025 foi aprovada por unanimidade dos membros presentes que participaram na respetiva reunião. -----

De seguida, passou-se à análise da ata n.º 1 de 2026, a qual foi aprovada por unanimidade, não tendo participado na votação o Deputado Fernando Vasco, por não ter estado presente na reunião. -----

2. INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA, EM CUMPRIMENTO DA ALÍNEA C) DO NRO. 2 DO ARTIGO 25º, DA LEI NRO. 75/ 2013, DE 12 DE SETEMBRO. -----

Tomou a palavra o Sr. Presidente da Câmara referindo que a informação apresentada refletia essencialmente o trabalho desenvolvido entre reuniões da Assembleia Municipal, destacando que grande parte da atividade tinha sido influenciada pelas intervenções relacionadas com a tempestade recentemente ocorrida. Salientou ainda alguns aspetos da informação apresentada, nomeadamente, a situação do Plano Diretor Municipal (PDM) e a situação financeira do Município, destacando a margem de dívida disponível no valor de 2.280.000€, a redução da dívida municipal até 31/12/2025 em 251.861,38€ e o prazo médio de pagamento fixado em 62 dias. Referiu ainda os processos judiciais pendentes em que o Município estava envolvido. -----

Interveio o Sr. Deputado Adérito Garcia começando por registar positivamente a redução do prazo médio de pagamento, considerando ser um indicador importante da gestão financeira municipal. Relativamente ao PDM, referiu que a informação apresentada parecia manter-se há algum tempo na mesma situação, apelando para que fosse feita pressão junto das entidades responsáveis para acelerar o processo, dado que o mesmo já se arrastava há demasiado tempo. -----

O Sr. Presidente da Câmara concordou que a redução do prazo médio de pagamento era um sinal positivo, referindo ainda que, segundo os serviços, se o cálculo fosse feito naquele dia, o prazo situar-se-ia já perto dos 60 dias. Relativamente ao PDM, explicou que o processo estava em curso, mas dependia também de várias entidades externas, como a REN e a RAN, o que provoca atrasos. Sublinhou, no entanto, que o Município estava empenhado em acelerar o processo, uma vez que a sua conclusão era fundamental para projetos estratégicos, nomeadamente para a ampliação do Parque Empresarial e para garantir o acesso a futuros fundos comunitários. -----

O Sr. Presidente da Assembleia deu a Assembleia como informada. -----

3. CONTRATO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA CIMT. -----

O Sr. Presidente da Assembleia recordou que o assunto tinha sido previamente apresentado e explicado tecnicamente no início da reunião. Informou que o ponto em apreciação consistia na autorização para celebração de um contrato de delegação de competências na CIMT, bem como a autorização para a assunção dos compromissos plurianuais associados à aquisição de energia. -----

Tomou a palavra o Sr. Deputado Adérito Garcia referindo que, apesar do tema ser complexo, a informação disponibilizada poderia ter sido mais clara, especialmente no que dizia respeito aos valores financeiros apresentados, que inicialmente, lhe tinham suscitado dúvidas sobre se representariam investimento direto do Município, salientando a necessidade do órgão deliberativo estar bem informado acerca dos assuntos sobre os quais deliberava, apelou ao Sr. Presidente da Câmara, para que, em futuras propostas, os documentos enviados à Assembleia fossem mais claros e melhor estruturados, sugerindo a inclusão de quadros-resumo para facilitar a compreensão. Referiu ainda que o projeto apenas permitiria responder a cerca de 50% do consumo energético municipal, pelo que o Município continuaria dependente de outros fornecedores, devendo por isso estar atento ao mercado energético para garantir as melhores condições de fornecimento. -----

O Sr. Presidente da Câmara reconheceu que o tema era complexo e que a informação se baseava essencialmente nos documentos fornecidos pela CIMT, reforçando a mais-valia que tinha sido a presença do especialista convidado para esclarecer os membros da Assembleia. -----

Pediu a palavra o Sr. Deputado César Marques para questionar se a delegação de competências ficaria dependente da aprovação do mesmo processo pelos restantes municípios. -----

O Sr. Presidente da Câmara esclareceu que a iniciativa dependia da adesão de outros municípios, mas que o sistema poderia funcionar sem a participação de todos. -----

Interveio ainda o Sr. Deputado Miguel Pita Alves, para reforçar um ponto que havia sido referido pelo Dr. Carlos Lobo, designadamente o impulso que a implementação de sistemas com aquelas características, seria para as pessoas alterarem o seu perfil de consumo, nomeadamente com a utilização de quadros bi-horários, à medida que fossem tomando consciência que a energia vinha do sol, e a partir daí, passarem a consumir mais durante o dia e menos durante a noite. -----

Não havendo mais pedidos de intervenção, e considerando a alínea k), do nro. 1, do artigo 25º da Lei nro 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal deliberou por unanimidade autorizar a celebração do contrato de delegação de competências entre o Município e a CIMT, nos termos das minutas do Contrato de Delegação de Competências e do Caderno de Encargos apresentados, bem como autorizar a assunção dos compromissos plurianuais nos termos descritos. -----

4. TEJO AMBIENTE, EIM, S.A. – PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO PARA 2026. -----

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal informou que o ponto se destinava apenas a conhecimento da Assembleia, não havendo lugar a qualquer deliberação. Em seguida, fez uma breve reflexão sobre os investimentos realizados pela empresa intermunicipal Tejo Ambiente, salientando que a distribuição de investimentos devia ter em conta as necessidades globais do sistema e não apenas as de cada município individualmente. Complementou referindo que, olhando para o plano plurianual e tendo em consideração o valor da quota do Município de Sardoal, o Sardoal não tinha muitos motivos para estar descontente, sendo que isso não deveria fazer com que o Município deixasse de lutar por mais investimentos no Concelho. -----

Interveio o Sr. Deputado Adérito Garcia questionando o Sr. Presidente da Câmara sobre a existência de uma verba prevista para aquisição de uma loja no Sardoal, solicitando esclarecimentos sobre o objetivo dessa aquisição. Alertou ainda para a existência de alguns concelhos com grandes problemas nas áreas de atuação da Tejo Ambiente, tendo possivelmente sido esse facto que tinha motivado os respetivos municípios a criarem o projeto Tejo Ambiente e que a dimensão dos investimentos que a Tejo Ambiente tinha que fazer naqueles concelhos, prejudicaria o Município de Sardoal. Deu como exemplo os grandes investimentos que já tinham sido efetuados em Tomar e Ourém e a dimensão e urgência de outros que ainda não tinham sido realizados. -----

Apesar de não fazer parte do ponto da ordem de trabalhos em curso, interveio o Sr. Deputado Carlos Duarte para dizer que tinha analisado melhor a dúvida que havia colocado ao Dr. Carlos Lobo e para reiterar que, provavelmente, aquele valor estaria errado. -----

Em resposta, o Sr. Presidente da Assembleia disse que o assunto iria ser analisado. -----

Interveio o Sr. Presidente da Câmara para esclarecer que a aquisição da loja pela Tejo Ambiente no Sardoal já tinha sido aprovada na assembleia da empresa, sendo o valor da aquisição inferior a 100.000€ e que a mesma estava ainda em fase de formalização. Sobre o assunto, salientou a opção da Tejo Ambiente em alargar os serviços no Sardoal,

representando um aumento de pessoas a trabalhar no Sardoal. Sobre os investimentos em Tomar e Ourém, reconheceu a grande necessidade da sua realização, também porque a resolução daqueles problemas interessava naturalmente à Tejo Ambiente. Referiu ainda que havia sido manifestada por alguns municípios, a vontade de integrar a Tejo Ambiente. Relativamente aos investimentos no Concelho de Sardoal, destacou algumas intervenções previstas, nomeadamente o abastecimento ao depósito de Valhascos, o reforço dos depósitos de Cabeça das Mós e São Simão, intervenções em sistemas eletromecânicos das ETAR's, e ainda os projetos de requalificação das ETAR's de Vale das Onegas e Tojalinho. -----

Não havendo mais pedidos de intervenção, e considerando a alínea a), do nro.2, do artigo 25º, da Lei nro. 75/2013, de 12 de setembro, bem como, nos termos do artigo 42º da Lei nº 50/2012 de 31 de agosto, a Assembleia Municipal tomou conhecimento do Plano de Atividades e Orçamento para 2026 da empresa Tejo Ambiente. -----

5. PROPOSTA - ADJUDICAÇÃO DO EMPRÉSTIMO MLP NO VALOR ATÉ 791.154€. -----

O Sr. Presidente da Assembleia prestou informações sobre a proposta de contratação de empréstimo no valor de 791.154€, destinado a financiar as obras de requalificação do Jardim de Infância da Presa e de requalificação do Mercado Municipal do Sardoal, bem como da autorização que a Assembleia teria que dar para a realização das referidas obras.

O Sr. Presidente da Câmara explicou que tinham sido consultadas várias instituições bancárias, tendo sido considerada mais vantajosa a proposta do Banco BPI, S.A. -----

O Sr. Presidente da Assembleia recordou que este tipo de empréstimo era frequentemente utilizado como instrumento de tesouraria associado a projetos financiados por fundos comunitários, sendo por isso utilizado apenas quando necessário. --

Não havendo pedidos de intervenção, e considerando o disposto na alínea f) do nº 1 do artigo 25º, da Lei 75/2013 de 12 de setembro, a Assembleia Municipal de Sardoal, deliberou por unanimidade autorizar realização das obras mencionadas do Jardim de Infância da Presa e Mercado Municipal de Sardoal, bem como, a contratação de um empréstimo de MLP até ao montante de 791.154€, nas condições constantes da proposta apresentada pelo Banco BPI, S.A.. -----

6. ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL MODIFICATIVA - REVISÃO Nº 1/2026 AO ORÇAMENTO E GOP'S. -----

Foi apresentada a proposta de alteração orçamental modificativa, correspondente à integração do saldo de gerência do ano anterior no orçamento de 2026. -----

O Sr. Presidente da Assembleia referiu tratar-se de um procedimento técnico habitual, realizado anualmente. -----

Não havendo pedidos de intervenção, e considerando a alínea a) do nro. 1 do artigo 25º da Lei nro. 75/2013, a Assembleia Municipal de Sardoal, deliberou por maioria (18 votos a favor e um voto de abstenção (PS)), aprovar a Alteração Orçamental Modificativa - Revisão nº1/2026 ao Orçamento e GOP's. -----

7. RELATÓRIO DE ATIVIDADE DA CPCJ SARDOAL RELATIVO AO ANO 2025. -----

O Sr. Presidente da Assembleia recordou que o relatório tinha sido enviado previamente aos membros da Assembleia, referindo que o documento continha, numa primeira parte, respostas a um questionário nacional feito a todas as CPCJ's do País, e na parte final, dados estatísticos relativos à atividade da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Sardoal. Referiu que o ideal seria todos os valores estarem a zero, mas considerou que os dados apresentados não eram preocupantes quando comparados com anos anteriores. -----

Não havendo pedidos de intervenção, e considerando a alínea j), do ponto 2, do art. 18º (competência da Comissão Alargada) e do nro. 2, do art. 32º da Lei nro. 147/ 99 de 1 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nro. 142/ 2015, de 8 de setembro, a Assembleia Municipal de Sardoal, tomou conhecimento do Relatório de Atividade da CPCJ Sardoal relativo ao ano 2025. -----

Em seguida, e considerando o nº 3 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e o nº 4, do artigo 41º, do Regimento deste órgão, a Assembleia Municipal de Sardoal deliberou por unanimidade aprovar em minuta as deliberações tomadas. -----

Não havendo mais nada a tratar, foi pelo Sr. Presidente da Assembleia, encerrada a sessão, eram vinte e três horas e cinquenta e cinco minutos, da qual se lavrou a presente ata. -----

O Presidente da Assembleia Municipal

(Jorge Manuel Gaspar)

A 1.ª Secretária

(Ana Maria Simples dos Santos Borges)

O 2.º Secretário

(César Filipe Gonçalves Marques)